

40 anos do ISCPSI. Uma perspetiva sobre o presente e o futuro

Nelson Lourenço

O ISCPSI que conheço

O Director do Instituto quando gentilmente me convidou para falar nesta sessão pediu-me que referisse a minha experiência nesta casa.

Mas recordo que nunca fui professor do Instituto.

É verdade que fui docente em três cursos de promoção a Intendentes, mas o meu conhecimento é essencialmente pessoal e penso poder dizer que assenta numa experiência que mistura a relação professor / aluno com a amizade.

Ao longo dos anos aprofundei o conhecimento com alguns que foram meus alunos e que viriam a desempenhar funções de direção ou de docência nesta Escola.

Assim e sem títulos, porque creio são hoje superintendentes e superintendentes-chefe, cito alguns: Paulo Gomes, Pedro Clemente, Ferreira de Oliveira, Valente Dias, Bastos Leitão e Luís Elias.

E não esqueço os que foram meus alunos no Curso de Promoção a Intendentes. Como não esqueço os diálogos vivos e interessantes estabelecidos em aula.

Com todos eles aprendi, num diálogo franco, muito sobre segurança e acção das polícias completando o meu conhecimento teórico e conceptual.

O meu conhecimento do Instituto resulta deste convívio e desta aprendizagem.

ISCPSP: contexto social e histórico

Parto do pressuposto teórico que os modelos de formação devem ser delineados em função da realidade social a que se destinam.

E estes 40 anos que medeiam entre a formação do Instituto¹ e o presente foram palco de profundas e muito rápidas transformações que moldaram uma nova sociedade e uma nova ideia de segurança. Uma sociedade global e complexa e um novo quadro teórico e conceptual de segurança.

Quando o Instituto foi criado, a internet ainda era um mundo reservado a alguns eleitos. Com efeito, a sua consolidação iria dar-se apenas em meados dos anos 1990, nomeadamente com o desenvolvimento da World Wide Web em 1992.

Quando o Instituto foi criado, Emmanuel Castells ainda não tinha escrito o seu monumental e intelectualmente revolucionário livro *A Sociedade em Rede* (1996) e Anthony Giddens iria escrever apenas em 1990 o seu pequeno livro que iria abrir as portas para o estudo da globalização enquanto processo e sobre os conceitos de reflexividade e de confiança, essenciais para o estudo da sociedade contemporânea: *As Consequências da Modernidade*. Ulrich Beck só escreveria *A Sociedade do Risco* em 1986.

O conceito de segurança subsumia-se no conceito de defesa, segurança era essencialmente a segurança do Estado, isto é, a segurança externa. Para o interior do país falava-se em ordem pública ou em segurança pública.

A noção de densificação da segurança, assente no seu alargamento a novas áreas e à emergência de novos actores, surge também no final da década de 1980. A necessidade de se pensar a segurança como um sistema e da sua interdependência e interacção com a sociedade consolida-se neste período.

O Instituto nasce numa época de importantes e significativas mudanças sociais e políticas que acompanham as transformações resultantes da revolução tecnológica e da globalização e, no final da década de 1980, com a queda do muro de Berlim em 1989, seguida da implosão da União Soviética, em Dezembro de 1991.

O fim da Guerra Fria e a alteração do modelo de Ordem Internacional que tinha vigorado desde o fim da II Guerra Mundial será um evento histórico com impacto na segurança global e, no caso que nos interessa, na segurança interna quer na sua natureza quer a nível conceptual.

1 Inicialmente com a designação de Escola Superior de Polícia, 1982, e assumindo a designação actual em 1999

No contexto desta exposição vou apenas brevemente referir as mudanças verificadas a nível do território e da população pela sua directa relação com o Estado e com a acção das polícias.

Contexto de acção: território e população

Na sua definição tradicional um **território** é, na sua essência, uma construção histórica feita por um Estado dotado da capacidade exclusiva de aplicar regras e obrigações à população que nele vive.

Esta visão tradicional de território não corresponde à situação atual: os territórios dos diferentes estados são hoje atravessados por fluxos transnacionais, de pessoas, de bens, de capitais, de informação, de objetos culturais e semióticos, sobre os quais os Estados têm uma reduzida capacidade de controlo.

A **população** está igualmente sujeita à dinâmica e à dialética da globalização e dos efeitos da revolução científica e tecnológica.

A intensificação dos movimentos migratórios tradicionais, a questão dos refugiados, as diásporas, o aumento da mobilidade transnacional profissional e do turismo são os elementos essenciais do comportamento populacional que caracteriza a sociedade global.

Milhões de pessoas vivem hoje em contextos sociais e políticos que não são os seus de origem, nos quais a naturalidade, a nacionalidade e a identidade cultural constituem realidades distintas, fazendo da cidadania uma noção ainda mais complexa e abstracta.

O número muito elevado de indivíduos com duplas nacionalidades ou de indivíduos cuja naturalidade e nacionalidade não correspondem à sua identidade cultural e religiosa primordial, que lhes é transmitida pelos pais (imigrantes de segunda e terceira geração), é hoje uma realidade significativa na maioria dos países europeus.

Uma nova geografia social: vivemos num mundo de cidades

A Europa é uma União de cidades: cerca de 75% da população da União Europeia escolheu viver em zonas urbanas.

Se tivermos apenas presente o nosso país, verificamos que cerca de 44 da população vive em áreas densamente povoadas, 30 % em zonas consideradas intermédias e 26,1% em áreas pouco populosas (Eurostat).

A complexidade cultural e social da cidade

As cidades são actualmente realidades de grande complexidade cultural e social e são as peças mais decisivas deste puzzle de identidades, culturas, religiões, modos de vida e línguas que constitui a sociedade. É nas grandes áreas metropolitanas que mais intensamente se sobrepõem e interagem as diversidades.

É nas cidades onde se estrutura a vida da população de um determinado país e são as cidades que estruturam o território nacional.

Duas ideias para a formação das polícias de amanhã

Tenho perante mim oficiais superiores da polícia e docentes de um instituto universitário de formação de oficiais de polícia e é, de certo modo, uma ousadia minha falar sobre formação de oficiais de polícias.

Assim, o que vou dizer deve ser lido apenas como a opinião de quem há muitos anos vem estudando e escrevendo sobre segurança e, factor importante, cultiva o contacto com profissionais de polícia.

O que sugiro – porque são unicamente sugestões – são duas linhas orientadoras de uma filosofia da acção que considero ajustada e coerente com o complexo contexto social em que as polícias actuam.

— Tecnologizar a polícia

Penso ser fundamental trazer para o seio da acção policial todo o conhecimento e ferramentas que as novas tecnologias de informação disponibilizam.

Para essa acção ter sucesso é fundamental que os oficiais de polícia estejam preparados para serem utilizadores de elevada proficiência e que alguns deles, coadjuvados por especialistas civis, tenham capacidade de desenvolver novas técnicas e processos.

As polícias têm de estar dotadas de mais tecnologia inteligente, com a informatização de todos os processos e devidamente adaptada a toda a sua acção.

Penso ser fundamental criar bases de dados inteligentes e sistemas de informação geográfica actualizados e integrando a inteligência artificial tendo como objectivo o mapeamento e a modelação do cálculo do risco, considerando as diversas tipologias criminais.

O policiamento predictivo é hoje corrente em vários países e penso que será o futuro, desde que asseguradas – obviamente! – as Liberdades e Garantias constitucionalmente definidas.

— Legitimidade da acção e confiança nas polícias

A complexidade social e cultural das cidades, que referi acima, convoca a questão da legitimidade e da confiança no Estado com significativa veemência e mais significativamente nas polícias.

Nenhuma outra instituição pública terá um contacto tão directo e intrusivo no quotidiano dos cidadãos como a polícia, nenhuma outra representa de modo tão expressivo o poder do Estado e nenhuma outra será tão escrutinada pelos cidadãos.

Não é, por isso, de estranhar que esta capacidade de exercer o poder seja – com maior ou menor frequência - percebida por muitos indivíduos como algo discriminatório, particularmente para os que pertencem a grupos sociais mais desfavorecidos ou etnicamente diferenciados, racializados como é hoje frequente designar.

Tenho vindo a escrever sobre este tema que julgo crucial no quadro da segurança urbana, que resume em si quase toda a segurança interna.

No entanto, parte substantiva deste assunto ultrapassa o quadro teórico da formação² e neste momento interessa-me apenas a formação.

Assim, recordando que a acção das polícias decorre frequentemente em situações de tensão social:

- Penso que é necessário desenvolver e reforçar a aprendizagem de técnicas de diálogo de modo a facilitar o diálogo entre os agentes de polícia e os cidadãos, por forma a fomentar uma aproximação entre os mesmos e a evitar situações de possível conflitualidade.
- Creio ser fundamental desenvolver o conhecimento sobre técnicas de mediação de modo a evitar o escalamento de conflitos quando ocorrem mudanças ou variações no seu nível de intensidade em situações críticas.
- Sei que o evitar a espiral de conflitos pressupõe um conhecimento prático e um treino efectivo.

2 Como assegurar o reconhecimento por parte dos cidadãos da legitimidade da acção policial e simultaneamente conseguir um elevado nível de confiança dos indivíduos e das comunidades nas polícias; diminuir o sentimento de insegurança e o medo do crime; aumentar a eficiência da Justiça contribuindo para a diminuição da percepção de impunidade.

- Penso que o conhecimento destas técnicas de diálogo e de mediação são essenciais e não apenas para os oficiais, mas para todos os agentes de polícia.
- Sei que o uso de aparelhos de realidade virtual tem-se mostrado eficaz nesta aprendizagem.